



**UNICEPLAC**

**Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC**

**Curso de Direito**

**Trabalho de Conclusão de Curso**

**A efetividade das redes de proteção no Distrito Federal para  
assegurar direito e garantias de crianças e adolescentes no  
ambiente intrafamiliar violento**

Gama-DF

2020

**ALICE NOGUEIRA BARBOSA**

**A efetividade das redes de proteção no Distrito Federal para  
assegurar direito e garantias de crianças e adolescentes no  
ambiente intrafamiliar violento**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de Direito do Centro  
Universitário do Planalto Central Aparecido  
dos Santos – Uniceplac.

Orientador(a): Prof(a) Me Risoleide de Souza  
Nascimento

Gama-DF

2020

**ALICE NOGUEIRA BARBOSA**

**A efetividade das redes de proteção no Distrito Federal para:** assegurar direito e garantias de crianças e adolescentes no ambiente intrafamiliar violento

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Direito do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Gama, 21 de Maio de 2021.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Risoleide Nascimento  
Orientadora

---

Prof. José Paes de Santana  
Examinador

---

Prof. Eduardo Antonio Doria de Caravilho  
Examinador

# **A efetividade das redes de proteção no Distrito Federal para: assegurar direito e garantias de crianças e adolescentes no ambiente intrafamiliar violento**

Alice Nogueira Barbosa<sup>1</sup>

## **RESUMO**

Considerando que a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é uma tribulação presente na nossa sociedade brasileira, é importante a presença do Estado e da Família para combater determinados conflitos que atingem crianças e adolescentes. Pesquisa-se sobre a efetividade das redes de proteção no Distrito Federal para assegurar direitos e garantias fundamentais de crianças e adolescentes, a fim de estudar os efeitos de tais medidas protetivas no âmbito da violência intrafamiliar. Realiza-se, então, uma pesquisa indutiva e na modalidade descritiva. Dessa forma, os autores trabalhados na fundamentação teórica são: Guilherme Nucci, Guilherme de Freire Melo e Kátia Regina. Os principais conceitos para o presente tema são as modalidades de violência intrafamiliar, conceito de violência, as aplicações de medidas protetivas previstas no Estatuto da Criança e Adolescente e os seus efeitos na prática. Diante da pesquisa indutiva e descritiva terá a possibilidade comprovar a eficácia de tais medidas protetivas.

**Palavras-chave:** Efetividade. Medidas de Proteção. Violência intrafamiliar. Direito Constitucional. Estatuto da Criança e Adolescente.

## **ABSTRACT**

Considering that intra-family violence against children and adolescents is an affliction present in our Brazilian society, the presence of the State and the Family is important to combat certain conflicts that affect children and adolescents. We research the effectiveness of protection networks in the Federal District to ensure the fundamental rights and guarantees of children and adolescents, in order to study the effects of such protective measures in the context of intrafamily violence. The research is inductive and descriptive. In this way, the authors who worked on the theoretical basis are Guilherme Nucci, Guilherme de Freire Melo, Kátia Regina, Renata Pereira Lavareda and Thaís Quezado Soares Magalhaes. The main concepts for the present theme are the modalities of intrafamily violence, the concept of violence, the applications of protective measures foreseen in the Statute of the Child and Adolescent, and its effects in practice. Diante of the inductive and descriptive research will have the possibility to prove the effectiveness of such protective measures.

**Keywords:** Effectiveness. Protection measures. Intrafamily Violence. Constitutional Law. Child and Adolescent Statute.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Direito, do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. E-mail: alicenogueiraa117@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O presente tema a ser apresentado tem o objetivo de estudar a efetividade das redes de proteção no Distrito Federal de crianças e adolescentes no ambiente intrafamiliar violento. Nesse sentido, serão fundamentados alguns direitos e garantias previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Analisar, os mecanismos de proteção e entendê-los, verificar os dados de aumento ou diminuição da violência intrafamiliar.

Contudo, enfatizar a improtância do Estado de intervir na função básica e a família como ente responsável de atender as prioridades de suas crianças. E por fim, compreender a importância do ECA como um Estatuto que trouxe inúmeras mudanças para crianças e adolescentes. O objetivo é analisar os efeitos da implementação e criação de medidas protetivas no âmbito da violência doméstica/intrafamiliar de crianças e adolescentes no Distrito Federal e como são feitos na prática.

Além desse objetivo principal, compreender o conceito de violência intrafamiliar, estudar a questão histórica da violência contra crianças e adolescente. Interpretar e o princípio da prioridade absoluta e proteção integral. Conhecer os mecanismos de proteção no Distrito Federal para a redução da violência contra crianças e adolescentes.

O interesse pelo tema surgiu com a necessidade e importância de estudar a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes pela violação da legislação sobre os direitos e garantias que deveriam ser protegidos aos genitores responsáveis. A violência deve ser estudada por virar um efeito que se espalha no seio familiar e social, pois gera relação de controle e poder no sujeito. Assim, para o Direito é necessário que o Estado sempre esteja cumprindo com os direitos e deveres garantidos pela Constituição Federal e solucionando a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

A doutrina e artigos científicos tem discutido a violência contra crianças e adolescentes que é implantada desde os tempos antigos até nos dias atuais. Na presente atualidade, tem-se a necessidade uma consciência social sobre a temática da proteção à infância e a visibilidade dos direitos humanos que tem demandado a criação de políticas públicas voltada para a prevenção, tratamento dos efeitos da violência, além da responsabilidade do tratamento dos seus indivíduos, buscando o reconhecimento da criação e do adolescente como pessoas de direitos.

O estudo dessa pesquisa tem a finalidade de ajudar a violência contra crianças e adolescentes, compreender que todos devem ser tratados com o devido cuidado no ambiente familiar. O tema é oportuno pois, a violência intrafamiliar sempre existiu e continua nos dias

atuais, precisando da consciência da sociedade e ajuda do Estado para o combater e intervir sempre que crianças e adolescentes estiverem em contexto de violência. Em seguida, entender que o caos da violência doméstica intrafamiliar acontece na sua grande maioria nas famílias e verificar que não são todos os casos em que a família vai ser como base para a criança e adolescente de melhor lar, aconhego e carinho, mas sim agressões e confrontos, bem como essas relações interpessoais precisam ser discutidas.

Em seguida, será tratado e detalhadamente fundamentado o presente tema nos capítulos. No Capítulo 1, será interpretado a retrospectiva histórica e no subtópico o Princípios da Absoluta Prioridade e da Proteção Integral. O Capítulo 2, trará o conceito de violência intrafamiliar. O capítulo 3 apresentará os mecanismos de proteção no Distrito Federal, capítulo 4 as medidas de proteção, junto com o estudo de caso e no capítulo 5 e 6 as políticas públicas voltadas para prevenção e combate contra a violência juntamente com análise de dados. A metodologia a ser utilizada para a elaboração do trabalho final será o indutivo e descritiva, como fonte de pesquisa alguns doutrinadores, artigos científicos e monografias pertinentes para o tema do trabalho. Assim, fazendo uma análise valorativa dos doutrinadores sobre a violência contra crianças e adolescentes.

Por conseguinte, a pesquisa de campo irá comparar se houve aumento ou diminuição da violência contra crianças e adolescentes no Distrito Federal, através de coletas de dados para responder os objetivos específicos da pesquisa. Por último as considerações finais, versará sobre a eficácia das redes de proteção no Distrito Federal e se os direitos e garantias previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente estão sendo assegurados pelo Estado, e formas de prevenção e incentivo de políticas públicas.

## **2 RETROSPECTIVA HISTÓRICA**

O contexto social de crianças e adolescentes que, deixaram de ser indivíduos de amparo e passaram a ser pessoas de direitos, gozam de direitos fundamentais previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, como também destinatários imediatos da doutrina da proteção integral (BARROS, 2015, pp. 25-26). A sociedade brasileira tem como base o princípio da dignidade da pessoa humana como um direito fundamental e que cada criança e adolescente terá sua dignidade respeitada pois, tais direitos deverão ser observados pelos entes do Poder Público. Como se sabe, a nossa sociedade passou por vários momentos históricos até que hoje conseguisse alcançar com efetividade esses direitos, por isso é preciso compreendermos a evolução histórica do Direito da Criança e do

Adolescente.

De acordo com Silva (2010, p. 20), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) junto com a Constituição Federal teve um marco principal que deu início a defesa e proteção constitucional dos direitos da criança e adolescente. No mesmo sentido, o Artigo 5º do ECA dispõe que:

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

Contudo, para Minayo, a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é interpretada como todo ato ou omissão cometidos por pais, parentes, outras pessoas e instituições, capazes de causar dano físico, sexual ou psicológico à vítima. Gera de um lado, numa transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade como um todo e de outro, numa coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de crescimento e desenvolvimento (MINAYO, 2002, p. 95).

No mesmo sentido, o filósofo Minayo, diz que a violência doméstica está presente no Brasil desde a nossa colonização perpassando pela sociedade uma cultura com desigualdades e de ditadura militar até chegar com a criminalidade. Ou seja, por existir diversas modalidades de violência e vítimas seria difícil defini-las. Para ele, a violência consiste no uso da força, do poder e de privilégios para dominar, submeter e provocar danos a outros: indivíduos, grupos e coletividades. A cultura e a maneira de solução de conflitos das sociedades determinam quais são mais violentas e outras menos (MINAYO, 2006, p. 11).

Entretanto, é no uso da força e poder que o agressor consegue dominar, manipular e causar danos físicos e psicológicos a outros. Sendo pela cultura e soluções das sociedades que determinam a conduta mais grave e outras menos lesiva. Na época do Brasil Colônia, as mulheres e os filhos tinham como autoridade de respeito o “pai”. Já os índios com seus costumes próprios tiveram os valores invertidos, os filhos educavam os pais e isso se deu ao passo que os Jesuítas com o intuito de civilizar os índios, tiveram a dificuldade de catequisarem os índios-adultos, trazendo consigo castigos e medidas reprováveis para as crianças (SILVEIRA, 2010, p. 33).

É importante mencionar que, os genitores no seio familiar praticavam maus-tratos, eram negligentes, praticavam os abandonos, abusos sexuais e infanticídio. E esses atos ilícitos cometidos eram uma forma de medida indisciplinar, ou seja, vista como educação e não se

tinha sanção para genitores que cometessem crimes que hoje são tipificados no Código Penal Brasileiro (RASCOVSKY, 1974, p. 27).

Cabe salientar, que ainda persistia a figura do pai como indivíduo dotado de poder extremamente absoluto, bem como todos eram submissos incluindo as mulheres, filhos, escravos e de pessoas que tinham convivência com a família e inclusive é uma cultura que perpassa até os dias atuais (BRASIL, 2001). Conforme, Priscila Silveira Tavares atualmente há modelo democrático e participativo:

Trata-se de um novo modelo, democrático e participativo, no qual família, sociedade e estado são co-gestores do sistema de garantias que não se restringe à infância e juventude pobres, protagonistas da doutrina da situação irregular, mas sim a todas as crianças e adolescentes, pobres ou ricos, lesados em seus direitos fundamentais de pessoas em desenvolvimento (TAVARES, 2010, p. 10).

Dessa forma, é na família que descobrimos e convivemos todos os tipos de sentimentos e emoções pois, no seio familiar é que as relações de maior intimidade e cotidianidade acontecem, ou seja, todos os integrantes de uma família encontram-se todos os dias ou quase. O que gera uma proporção de sentimentos mais intensos, bem como agressivos e violentos (MUSZKAT, 2018, p. 23). Nesse contexto, o ambiente familiar acaba sendo um espaço em que as pessoas ficam mais à vontade, ficam expostas e ao mesmo tempo despotregidas. E talvez, venha o questionamento, a família não é o lugar de “amparo” e de “aconchego” e por que os indivíduos ficam mais desprotegidos? A sociedade é acostumada a pensar na família de uma forma romantizada e idealizada, sendo um espaço no qual prevalecem apenas as trocas amorosas e afetivas, gerando proteção, cuidado e harmonia para o desenvolvimento saudável dos filhos (MUSZKAT, 2018, p. 24).

Ainda nessa perspectiva, podemos deparar com a violência no seio familiar, justamente por ser no convívio que cada indivíduo pode exibir os seus aspectos mais frágeis e vulneráveis, ficando expostos à possível violência dos outros membros da família. Além disso, as famílias são frutos de outras famílias que repetem os mesmos hábitos, comportamentos e que são transmitidos para as gerações seguintes. (MUSZKAT, 2018, p. 24).

## **2.1 Princípio da Absoluta Prioridade e da Proteção Integral**

Guilherme Freire de Barros (2015) entende que o ECA é um conjunto de princípios e regras que regem diversos aspectos da vida, desde o nascimento até a maioridade. E todo o



seu sistema se aplica o princípio da proteção integral. Nesse aspecto, o Estatuto tem o objetivo de tutelar os direitos de crianças e adolescentes de forma ampla, não se limita apenas as medidas de segurança contra atos infracionais praticados. O Estatuto fornece formas e ajuda famílias que vivem em contexto de violência intrafamiliar além disso, também tem-se a tipificação dos crimes praticado contra crianças e adolescentes, tutelas coletivas e infrações administrativas. Outro vértice de análise diz respeito que, o Estatuto da Criança e do Adolescente, deverá ser interpretado para fins sócias a que se dirige, com observância de que crianças e adolescentes são sujeitos em formação, a quem deve ser dado tratamento especial (BARROS, 2015, p. 26).

Para Guilherme Freire de Melo, o princípio da proteção integral é conjunto de mecanismos jurídicos voltados à tutela da criança e do adolescente. Assim, esses princípios guardam ligação com o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, pois sempre será analisado o interesse da criança ou adolescente, principalmente nos casos de substituição familiar (BARROS, 2015, p. 26). Assim, o Artigo 4º do ECA é exatamente o que está previsto no Artigo 227 da Constituição Federal. Sendo um rol exemplificativo e como expressão chave os princípios da absoluta propriedade.

De acordo com Guilherme Freire de Melo (2015), o parágrafo único do artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, destrincha o significado de prioridade no âmbito do Estatuto (BARROS, 2015, p. 26). Nesse sentido, segue o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 4º: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- I- primazia de receber socorro;
- II- de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- III- Preferência na formulação e execução de políticas públicas;
- IV- destinação privilegiada de recursos público. (BRASIL, 1990).

Nucci interpreta esse dispositivo como uma concetração dos principais e essenciais direitos da pessoa humana, que são especificamente voltados a criança e ao adolescente. Assim, a absoluta propriedade se torna um determinismo constitucional, priorizando em qualquer cenário, a criança e o adolescente (NUCCI, 2021, p. 26). Desse modo, o Princípio da proteção Integral é um dos principios exclusivos no âmbito da tutela jurídica da criança e adolescente, assim eles dispõe de um plus que simboliza completa e indisponível tutela estatal para terem uma vida digna e próspera durante a fase de desenvolvimento (NUCCI, 2021, p.

26).

Contudo, a proteção com prioridade absoluta não é mais obrigação exclusiva do Estado e da família e sim um dever social. Logo, por estarem em condição de desenvolvimento ou amadurecimento, estes devem ser protegidos (PEREIRA, 2021, p. 14). Outro aspecto, é o princípio da absoluta prioridade ou do superior interesse. Para Guilherme Nucci, é um princípio autônomo que tem previsão no Artigo 227, *caput*, da Constituição Federal com a interpretação de que as crianças e adolescentes estarão sempre à frente dos adultos. Entretanto, apesar de todos os indivíduos terem direitos iguais, como: direito à vida, à saúde, à segurança etc., os infantes e jovens são tradaos em primeiro lugar, com absoluta prioridade e prevalecendo o interesse superior da criança (NUCCI, 2021, p. 27).

### **3 CONCEITO DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

A Constituição Federal em um dos seus artigos reconheceu a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, assim, com a criação do ECA, considera criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade. Do mesmo modo, será na infância e na adolescência que essas crianças passam pelo processo de desenvolvimento e por isso necessitam de condições especiais para que essa fase transcorra de modo pleno e saudável (SCUSSEL *et al*, 2021, p. 3). Para compreendermos melhor o conceito de Violência Intrafamiliar, se faz necessário o entendimento de situação de risco que se torna qualquer situação que cause no desenvolvimento físico e emocional da criança ou adolescente, pela ação ou omissão de seus genitores e responsáveis, como também o Estado ou sociedade. Isto é, abandono, negligência, conflitos familiares, alcoolismo, abuso sexuais e outras formas de violência que configuram situação de risco (SCUSSEL *et al*, 2021, p. 4).

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001) a violência intrafamiliar, é qualquer tipo de relação de abuso praticado no contexto privado da família contra qualquer um dos seus membros. As estatísticas são frequentes ao assinalar o homem adulto como autor mais frequente dos abusos físicos e/ou sexuais sobre meninas e mulheres. No entanto, o abuso físico e a própria negligência às crianças são, muitas vezes cometidos pelas mães, e no caso dos idosos, por seus cuidadores. Outrossim, para o Ministério dos Direitos Humanos (BRASIL, 2018), a violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que danifique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Assim, o conceito de violência intrafamiliar não se limita somente ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também às relações em que se constrói e efetua

entre os sujeitos. No entanto, pode vir a ser cometida dentro ou fora da residência por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra.

No que tange a violência sexual, esta pode envolver abuso direto, indireto e abuso sexual. Para Guilherme Nucci Souza, o abuso direto é quando: “os pais devem educar os filhos, mas uma surra, com fratura de membro do corpo, deixa de ser exercício do poder familiar, invadindo o cenário do abuso, nesse caso, inclusive, criminoso”. No mesmo entendimento, o abuso indireto para Nucci “configura-se pela aquiescência do pai e da mãe em face de agressão alheia”. Ou seja, em muitos casos alguns entes do poder familiar, como por exemplo: as mães fingem não perceber o abuso por parte do pai ou padrasto e que concorre com o mesmo ato deles, abusando igualmente da criança ou adolescente (NUCCI, 2014, p. 288).

Para Nucci, a prática do abuso sexual é mais comum do que seria desejável “a violência sexual contra crianças e adolescentes não é definida só como oral, anal ou coito vaginal, mas inclui também o exibicionismo, toque erótico, masturbação, pornografia, prostituição etc.” E que através de tais condutas, gerará na criança ou adolescente mudanças de comportamentos, como: choro, isolamento, tristeza profunda, medo, vergonha e outros danos psicológicos (NUCCI, 2014, p. 288).

Cabe ressaltar que, a violência psicológica é a interferência negativa do adulto sobre a criança diante de um padrão de comportamento destrutivo e está associada a outros tipos de violência, controla as ações, comportamentos, decisões, crenças de outro indivíduo por meio de manipulação, intimidação, ameaças e isolamento da vítima do convívio social. Acresce que, a negligência corresponde aos atos de omissão com efeitos negativo diante de um dever do adulto responsável, bem como a supervisão, alimentação e proteção (RENATO et al, 2021, p. 5).

Em suma, são essas algumas modalidades de violência capazes de prejudicar o desenvolvimento da criança ou adolescente. Com isso, por haver diversos tipos de violência, esta não se pode dar em única modalidade e por isso seria difícil defini-las. Assim pode ser definida como o aniquilamento do indivíduo ao desconsiderar suas vontades em prol do desejo mais forte (SILVA, 2006).

#### **4 MEDIDAS DE PROTEÇÃO**

Apresenta-se a seguir, o conceito sobre medidas de proteção, como determinações dos

órgãos estatais competentes para tutelar de imediato na forma provisória ou definitiva em face dos direitos e garantias da criança ou adolescente. O principal foco é à situação de vulnerabilidade em que o infante ou jovem está inserido. O artigo 98 do ECA determina a aplicação das medidas de proteção quando os direitos reconhecidos naquela lei forem afetados, violados e restringidos por ação ou omissão da sociedade e do Estado (NUCCI, 2020, p. 361). Assim, o dispositivo do artigo 98<sup>2</sup> do Estatuto da Criança e do Adolescente que trata sobre medidas de proteção.

O ECA também preocupou em delinear normas especiais, indicando algumas medidas de proteção, com o objetivo de ajudar as autoridades competentes quando houver as hipóteses de ameaça ou violação de direitos, como estabelece o artigo 101 da lei<sup>3</sup>. O artigo mencionado indica que não é um rol taxativo, tendo as autoridades competentes estarem sempre atentas para outras possibilidades de atuação além daquelas especificadas. As autoridades competentes que se trata é o Poder Judiciário e o Conselho Tutelar. Um ponto interessante a se fazer sob esta ótica é nos casos da aplicação da medida de afastamento do agressor do vínculo familiar ou ainda a restrição e suspensão de visitas aos filhos por parte do agressor, na hipótese de violência contra a mulher (AMIN, 2019, p. 773).

No mesmo sentido, Amin explica que determinados órgãos somente poderão atuar dentro dos limites legalmente impostos pelo próprio Estatuto, tanto sobre a medida a ser aplicada quanto ao procedimento necessário e eficaz para a situação. No que tange ao Conselho Tutelar este só poderá aplicar as medidas dispostas no art. 101, incisos I a VII do ECA. Isto porque é de competência da autoridade judiciária a colocação de criança ou adolescente no programa de acolhimento familiar ou em família substituta, mediante guarda, tutela ou adoção (AMIN, 2019, p. 774).

---

<sup>2</sup> Art. 98. As medidas de proteção<sup>1</sup> à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;  
 II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável,  
 III – em razão de sua conduta (BRASIL, 1990)

<sup>3</sup> Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;  
 II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;  
 III – matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;  
 IV – inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; (redação dada pela Lei n. 13.257/2016);  
 V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;  
 VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;  
 VII – acolhimento institucional;  
 VIII – inclusão em programa de acolhimento familiar;  
 IX – colocação em família substituta. (BRASIL, 1990).

Dessa forma, o afastamento da criança ou do adolescente do convívio familiar é de competência da autoridade judiciária. Há uma exceção em relação a medida de proteção de acolhimento institucional quando for necessária e urgente para que o Conselho Tutelar atue, assim como qualquer do povo, prestar socorro a criança ou adolescente que esteja em situação de risco, podendo solicitar à entidade de acolhimento insitucional que o receba. Pode o Conselho Tutelar determinar o acolhimento institucional nos casos em que não existir outra referência familiar e esta ser a única medida apta a proteção da criança ou do adolescente, sendo comunicado à autoridade judiciária (AMIN, 2019, p. 775). Entretanto, volta-se agora para o Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes que é usada no Distrito Federal de maneira preventiva para determinada violência intrafamiliar, bem como tiverem sido cessadas todas as possibilidades de coloca-las em segurança. De acordo com o Juiz Renato Rodovalho Scusnel, o encaminhamento de uma criança ou adolescente para uma instituição ou para uma família acolhedora é um recurso utilizado em último caso, diante da ameaça à sua integridade física e/ou psíquica (SCUSSEL *et al*, 2021, p. 3).

Se caso uma criança for encontrada sozinha na rua sem os seus genitores, em situação de abandono, esta será encaminhada para um dos serviços de acolhimento disponíveis até que encontre os seus responsáveis e verifique a situação que enejou a sua saída e a expôs em risco. Aplica-se também quando um adolescente estiver sido vítima de maus-tratos por sua família e não houver nenhum outro familiar capaz de responsabilizar-se, dando a colocação de um serviço de acolhimento (SCUSSEL, *et al*, 2021, p. 3).

Sob o mesmo ponto de vista, toda criança ou adolescente que está em um serviço de acolhimento, deve ter um processo na 1ª Vara da Infância e da Juventude e que o seu caso esteja sendo acompanhado pela autoridade judiciária. Assim, a criança irá receber todos os seus direitos garantidos pelo Estatuto. Além disso, a entidade responsável pelo serviço de acolhimento deverá fazer com que a criança ou adolescente se sinta acolhido e protegido. Será de competência também do gestor do serviço de acolhimento, analisar a situação da família do acolhido e tomar as medidas cabíveis necessárias para promover o seu retorno ao convívio familiar, com a maior celeridade possível. Se caso, não tiver sido possível um contato com a família, seja por abandono ou por outro problema, cabe a entidade informar a situação ao Juiz para que possa decidir se há indícios de uma possível adoção (SCUSSEL, *et al*, 2021, p. 4).

Nesse ínterim, Scusnel *et al* (2021, p. 6) informam que os Conselhos Tutelares, a 1ª Vara da Infância e da Juventude e o Ministério Público são os responsáveis pela fiscalização das entidades que assegura programas de acolhimento no Distrito Federal. Logo, se alguém descobrir ou souber de alguma entidade não cadastrada ou que não esteja atendendo às suas

obrigações, conforme previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente poderá oferecer denúncia, auxiliando na defesa dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos. O artigo 18 do Eca dispõe que “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990).

Portanto, no Distrito Federal, a 1ª Vara da Infância e da Juventude tem um apoio de uma equipe de psicólogos, assistentes sociais e pedagogos que compõem a Seção de Fiscalização, Orientação e Acompanhamento de Entidades (SEFAE), tendo como o seu objetivo principal o atendimento digno para crianças e adolescentes que estejam nas instituições de acolhimento (SCUSSEL *et al*, 2021, p. 6).

Neste capítulo, será abordado um estudo de caso feito por Eduardo Chaves da Silva, em sua monografia, onde se resultou as medidas de afastamento do agressor do lar sobre a perspectiva da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes e como foram garantidos os direitos da vítima e demais familiares envolvidos no processo. Assim, foi comprovado que o processo foi célere referente as primeiras medidas de proteção aplicadas pelo judiciário (SILVA, 2010, pp. 53-54). O caso relata sobre o crime de atentado violento ao pudor, mediante violência presumida. No entanto, foi feito um acolhimento da denúncia por parte da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e que na sequência foi encaminhado a Vara da Infância e da Juventude diante da responsabilidade do agressor e futuramente para uma Ação Penal. A princípio, o abuso se perdurou por três a quatro anos, bem como o Diretor da escola da vítima tomou conhecimento do abuso e encaminhou o caso para o Conselho Tutelar, o que culminou a denúncia para a DPCA (SILVA, 2010, p. 67).

Foi dado nomes fictícios a vítima e aos familiares, chamando a vítima (Bianca) que foi encaminhada para o Instituto Médico Legal (IML) para que fizesse o exame, bem como colhido o termo de declarações de sua genitora e da vítima na delegacia. Na ocorrência tinha informações que o padrasto de Bianca lhe molestava por diversas vezes, diante de uma conduta sem violência e grave ameaça, porém este tinha domínio e poder sobre a vítima. No entanto, o que cessou o abuso do padrasto foi uma ação deste quando se dirigiu ao diretor da escola de Bianca e pediu que, caso a viesse com alguma amizade ruim, que conversasse com ela e lhe comunicasse. Relatou Bianca para o diretor da escola que o agressor demonstrava ciúmes da depoente, sendo que ele não permitia que namorasse ou fosse sozinha para a escola ou qualquer outro lugar (SILVA, 2010, p. 58).

Ademais, percebe-se um vínculo de afetividade entre os dois, principalmente na fala de seu padrasto, o qual possuía sentimentos de uma relação entre homem e mulher,

comparado a relações abusivas, onde se tem controle e manipulação sobre a parceira. A vítima relatou que sua mãe e o padrasto conviviam juntos desde que tinha dois anos de idade. Segundo a vítima, quando a sua genitora ficou sabendo a respeito dos fatos, procurou o seu companheiro sobre a veracidade do relato, tendo o agressor confirmado o ocorrido. No relato da vítima, disse que não era possível a continuidade da união conjugal devido o ocorrido porém, a genitora se mostrou ao contrário, optando por manter a união com agressor mesmo com a tamanha gravidade do fato (SILVA, 2010, p. 59).

Em seguida, o fato foi remetido para a Vara da Infância e Juventude e necessitou a proteção da vítima. Observou-se o magistrado sobre a gravidade do caso e aplicou medida protetiva de afastamento do agressor do lar. Importante mencionar que, foi aplicado o art. 130 c/c 98, II do Estatuto da Criança e Adolescente. Por conseguinte, o magistrado reiterou que o agressor ficasse proibido de voltar ao lar sem autorização judicial, sob pena do crime de desobediência. A partir desse processo, o Ministério Público e a Vara da Infância passaram atuar com efetividade, tanto nos estudos técnicos relativos ao cumprimento da medida, quanto por ações de proteção e cuidado psicossocial à vítima e familiares. O afastamento do agressor do lar foi fundamental para garantir os direitos a Bianca e suas irmãs. Sendo assim, o processo judicial teve seu objetivo cumprido (SILVA, 2010, pp. 61-62).

Importante ressaltar que, neste caso a lei e suas medidas de proteção demonstraram eficácia frente a situação, de fato, afastou o agressor do lar, além disso foi emitido um Relatório da equipe CEREVS, sugerindo ao Juiz que a Instituição A “seja oficiada para que inclua a genitora e a vítima (Bianca) em suas atividades grupais de atendimentos a crianças e adolescentes em situação de violência sexual e que avalie e informe se há necessidade de continuidade no tratamento ou outro mais indicado”. O que foi acolhido pelo magistrado, após esse relatório foi feito outro da referida instituição, logo após ter acolhido o pedido de atendimento da genitora. No relatório foi feita uma dinâmica da família, por meio de terapias que demonstrou a vontade da genitora em manter o processo judicial em segredo mas, tendo medo de que uma condenação criminal a tornasse publica diante do acontecido. Apesar, da genitora se sentir constrangida com a situação, acreditou que seria melhor a volta do agressor ao lar, afirmando em seu depoimento que “eu e a Bianca já perdoamos ele” (SILVA, 2010, p. 62).

Interessante destacar como os relatórios técnicos colaboram as informações do processo, como também detalha as relações familiares e suas dinâmicas, demonstrando que esta dinâmica às vezes é fator de risco, ora de proteção para a vítima e potenciais vítimas do autor no processo. O processo como um todo tem ciência da prioridade absoluta da infância e

consegue interromper a violência, porém, outras demandas são insuficientes para os sujeitos (SILVA, 2010, p. 62).

## **5 POLITICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Faz-se necessário, que não existe um conceito definido de políticas públicas. Os pesquisadores a definem como um campo dentro do estudo da política pública que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, sendo um conjunto de ações do governo que irão produzir seus efeitos. Há também um entendimento de que as políticas públicas é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Assim, fica a critério do governo decidir sobre o que fazer ou não fazer (BRASIL, 2018).

Pode-se resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação ou analisar essa ação e quando for necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (BRASIL, 2018). No entanto, as políticas públicas, depois de criadas e formuladas, se transformam em planos, programas, projetos, bases de dados ou no sistema de informação e pesquisas, inclusive alguns requerem nova legislação. E quando são implementadas ficam daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (BRASIL, 2018).

O ECA ordenou na sua parte especial as medidas aplicadas aos indivíduos distinguindo em Medidas de Proteção, Medidas Socioeducativas e Políticas de Atendimento dos direitos da criança e do adolescente. Para Nucci, antes do Estatuto predominava o entendimento de que a política deveria ser centralizada na União, comandando aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Hoje o que temos são ações governamentais em igualdade de condições, incluindo-se atuação não governamental, por meio de ONGs e outros organismos (NUCCI, 2021, p. 321).

Em virtude disso, o art. 87 prevê as linhas de ação da política de atendimento que se torna o conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios em prol dos direitos das crianças e adolescentes, devendo ser efetivamente implementado pelo Estado. A Política social básica garante a criança e o adolescente o mínimo indisponível quanto a sua sobrevivência digna, tendo como



objetivo prevenir as situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como pelo fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. É destinada à população que vive em situação de fragilidade social decorrente da pobreza e ou da fragilização dos vínculos afetivos (ROSSATO, p. 275). Também faz parte da ação de atendimento os serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências (NUCCI, 2021, p. 325).

Em suma, tem-se a prevenção e atendimento especializado às vítimas de maus-tratos em geral, tirando os indivíduos de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Assim como, receberem assistência do Estado (médica, psicológica e social). O artigo também menciona, a identificação e localização de desaparecidos, controle do convívio familiar e campanhas de estímulo ao acolhimento familiar e à adoção (NUCCI, 2021, p. 325).

## **6 PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2002, p. 43), “[...] de maneira geral, a prevenção à violência contra a criança e ao adolescente é de extrema importância na sociedade, dada a gravidade de suas consequências físicas e psíquicas” (*grifo nosso*). Para Válder Kenji Ishida (2015, p. 206), “a Prevenção é o ato de prevenir, ou seja, tratar de evitar a ameaça ou a própria violação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente”.

Assim, cabe à equipe competente: orientar aos genitores e a comunidade sobre as necessidades das crianças e adolescentes, mostrando seus direitos e normas de proteção, identificar pais e mães de alto risco desde o período pré-perinatal, bem como desenvolver grupos de autoajuda para pais e mães do grupo de alto risco, vincular as famílias com uma rede de apoio da comunidade, oferecendo o básico (unidades de saúde, associação de bairros, grupos religiosos, clube de mães, etc.)

Além dessas medidas, tem o incentivo de que o pai possa acompanhar o pré-natal e o parto, para estreitar seu vínculo com o filho o mais precocemente possível, incentivar o pai à participação nos cuidados do bebê e o seu desenvolvimento. Para isso será dado o acesso a serviços de educação e assistência e contribuir para o fortalecimento dos laços do adolescente com a família e amigos. E por último, contribuir no desenvolvimento dos adolescentes, sabendo respeitar os novos valores, organizarem grupos de debates com profissionais de

outras áreas envolvidas e considerar a possibilidade de depressão puerperal e encaminhar a família para serviços especializados.

### **6.1 Dados de Denúncias sobre Violência Contra Crianças e Adolescentes.**

De acordo com o Governo Federal (BRASIL, 2020), a violência contra crianças e adolescentes no Distrito Federal aumentou cerca de 18% entre as datas de 23 de março e 19 de maio, comparado ao mesmo período do ano de 2019, devido ao isolamento social no combate ao COVID-19. A priori, constatou também aumento nos casos de violência doméstica contra as mulheres no período da pandemia. Isto é, se as mulheres já sofrem com a violência praticada de seus parceiros, imagine a violência para crianças e adolescentes, o que torna a situação mais agravante e assim violando os direitos e deveres dessas crianças.

Esses dados foram obtidos pela Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS), com isso sabe-se que o Estatuto dispõe que é dever da sociedade, vizinhos e familiares denunciar situações de risco em que crianças e adolescentes estão inseridas. É algo extremamente necessário frisar para a população a situação problemática, em decorrência de algo que está próximo de nós diariamente. Com as medidas de distanciamento social, as escolas acabaram ficando fechadas, fazendo que essas crianças permanecessem o tempo inteiro em suas residências. O que preocupa a situação, porque nem todo lar é seguro e acaba aumentando os atos de violência bem como, se tornou mais difícil de denunciar e verificar os casos de violência negligências e Abusos. (BRASIL, 2020).

No ano de 2019, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, contatou-se 56% de violações de direitos de crianças e adolescentes aconteceram na casa da vítima. Além disso, a frequência da violência é preocupante, tendo 69% dos casos denunciados acontecidos diariamente (LACERDA, 2020, p. 3). Contudo, em decorrência da pandemia, o aumento de casos de violação se torna uma tendência mundial. A ONG *World Vision*, que trabalha com projetos a respeito de crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade, detectou que até 85 milhões de pessoas entre a idade 2 a 17 anos podem ser vítimas de violência física, psicológica e sexual no mundo até os próximos três meses (LACERDA, 2020, p. 3).

Uma vez que, o aumento de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes se fez presente na pandemia, é necessária a importância de denunciar tais casos, tanto em situação de flagrante ou não. Por tanto, será possível ser feita a denúncia através da identificação do denunciante ou omissão, caso queira preservar o seu nome. Há também uma

breve síntese da situação, a forma de violência e a frequência que está ocorrendo, sendo feita a descrição dos envolvidos diante das características físicas, idade e sexo. O endereço também será necessário para averiguação e encaminhamento para o Conselho Tutelar (LACERDA, 2020, p.3).

As delegacias especializadas – DPCA ou delegacias comuns também estarão prontas para as denúncias. O Conselho Tutelar principalmente e o disque 100 para denúncia por telefone. Os conselheiros tutelares poderão intervir de forma apropriada, com a responsabilidade de proteger a criança ou adolescente, em vez de expô-la, fornecendo orientações importantes sobre como proceder. As notificações geram informações válidas para que possam ser promovidos cuidados psicossociais à criança ou ao adolescente vítima, que visam a interromper a violência (SCUSSEL *et al*, 2021, p. 23).

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No primeiro capítulo foi tratado que as crianças e adolescentes antes da Consituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente eram sujeitos que não tinham seus direitos fundamentais resguardados, assim com o advento das duas legislações podemos defini-los como destinatários da doutrina da proteção integral. Atualmente, são indivíduos tratados como prioridade. Ainda sim, foi abordado a forma como crianças e mulheres no passados eram submissas ao homem, que por muitas vezes era o agressor nas relações intrafamiliares, tendo relação de domínio e poder sobre estes. Foi pontuado como a família é importante na vida da criança ou adolescente, no seu desenvolvimento quanto para a sua formação, podendo trazer consequências boas e ruins.

A violência intrafamiliar é algo complexo que envolve várias questões, política, saúde pública, judiciário, sociedade e educação que tem o intuito de prevenir e combater as violações de direitos. Para isso, é necessário a pertinência do tema abordado pois, com a intervenção do Estado e da Sociedade no ambiente intrafamiliar violento, bem como a família se tornou um ente incapaz de assegurar as necessidades básicas para essas crianças e até mesmo de cumprir a sua função social. Ainda sim, foi observado que a criança ou adolescente acaba ficando mais venerável em ambientes violentos, o que deveria ser um lugar de segurança, conforto e estabilidade para eles.

Nota-se que a violencia não é conceituada de única forma e nem classificada por várias modaliddes, não sendo de menor ou maior importância cada uma. A violencia praticada

pelo agressor afeta o psicológico e desenvolvimento da criança, devendo ser tratada. A violência intrafamiliar não escolhe posição social, cor, idade e tamanho, ela acontece diariamente contra crianças e adolescentes, resultando a vitimização destes.

No capítulo quatro, foi discutido a efetividade das medidas de proteção adotadas pelo Estatuto da Criança e Adolescente, que sempre buscam manter a criança ou adolescente no seio familiar, tratando a violência com sessões de terapias, grupos de reuniões locais e medidas que auxiliam a redução da mesma, ou sejam sempre prevalecendo o Princípio do Melhor Interesse da Criança. E por última opção é que haverá o devido processo legal, retirando-se a criança do vínculo familiar ou o próprio agressor, aplicando-se medidas sancionatórias ao agressor e aos entes familiares que compacturam com a violência intrafamiliar praticada contra a criança ou adolescente, tendo a lei se mostrado eficiente no caso de Bianca. Assim, a criança ou adolescente será colocada em instituições ou em grupos familiares que ajudam o seu desenvolvimento.

Em resumo, a violência contra crianças e adolescentes apesar de não ser um tema inovador, se torna algo que faz parte da nossa sociedade e que evoluiu bastante no que diz respeito a direitos e garantias dessas crianças, porém há ainda muito o que se discutir sobre a efetivação da lei e das medidas de proteção e também no que concerne a Sociedade. Mesmo com todos os mecanismos, é preciso mais investimento nas políticas públicas para auxiliarem na diminuição dos casos. Logo, temos que tratar o problema de uma forma que não retire a criança do vínculo familiar, evitando por exemplo a família substituta ou medidas drásticas, apesar em que muitos casos essa se torna a única opção, busca-se também a colaboração da sociedade pois, é através do apoio, atenção e interferência que essa violência poderá ser diminuída.

Mediante o exposto, mesmo com tantas dificuldades do problema, os objetivos deste trabalho foram alcançados de certa forma, a lei consegue romper a violência com ações efetivas e desenvolvidas pelos entes competentes sobre o assunto. Se torna preciso que tais formas de violências não sejam mais toleradas e que sejam identificadas e tratadas. Contudo, os índices de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes aumentaram 18% na pandemia do COVID-19, tendo se agravado e com novos casos, o que traz uma grande preocupação para sociedade e o Estado. Faz-se necessário que os entes competentes, pesquisadores desenvolvam mecanismos que podem reduzir o problema no Distrito Federal. Este estudo, observou a necessidade de novas implementações de políticas públicas e o fortalecimento destas e seu compromisso com o decorrer do acompanhamento dos casos garantindo com efetividade direitos e deveres da criança e adolescente. Faz-se necessário que

a sociedade estimule ações solidárias e quem tendem ajudar o próximo seja, denunciando qualquer situação de violação de direitos.

Em vista disso, o Estado necessita investir no combate e prevenção para evitar riscos que violam os direitos fundamentais da criança e do adolescente. Portanto, os grupos de reuniões na comunidade local ou institutos deverão sempre estar informando as necessidades, os direitos resguardados dessas crianças e o quão é importante a crianças ou adolescente crescer em um ambiente saudável. Assim, percebe-se que não é suficiente apenas a intervenção do Estado, é preciso que as famílias e a sociedade mudem o seu comportamento frente à violência. Ainda sim, como estratégia principal de prevenir a violência é através da escuta protegida. Os responsáveis podem ajudar com uma escuta mais ativa como forma de compreensão, fiquem atento aos sinais, saber o que crianças e adolescente sentem, principalmente na pandemia, busquem ajuda com profissionais da rede de proteção, atentar-se aos cuidados psicossociais, diante de situação que esteja se sentindo sobrecarregados ou estressados para esse momento de tantas modificações.

## REFERÊNCIAS

AGENCIA BRASÍLIA. **GDF inicia campanha contra violação de direitos da criança e do adolescente**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/06/07/gdf-inicia-campanha-contra-violacao-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente/>. Acesso em: 10 de maio. 2021.

AMIN, Andrea Rodrigues *et al.* **Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BARROS, Guilherme de Freire. **Direito da Criança e Adolescente**. 3. ed. Bahia: Juspodivm, 2015.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Brasília, 1990. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm) Acesso em: 10, nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Governo Federal**. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm) http:// acesso em 12, fevereiro, 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério dos Direitos Humanos. **Violência contra crianças e adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/violencia-contra->

[criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf](#). Acesso em: 20 Out, 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Plano diretor**. Brasília, 2001. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia\\_criancas\\_adolesc.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_criancas_adolesc.pdf) acesso em 20, outubro, 2020.

GUERRA, Viviane Nogueira Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2015.

MUSZKAT, Malvina; MUSZKAT, Susana; SADDI, Luciana; TEREPIINS, Sonia S et al. **O que fazer? Violência familiar**. 1ª ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Ltda., 2021.

LACERDA, Daiane. **Prevenção e Enfretamento das Violações Infantis e Familiares durante a Pandemia de COVID-19**. Manaus, 5 Jan. 2021.

LAVAREDA, Renata Pereira. **Violência Sexual contra crianças e adolescentes**. Brasília, 2015.

RASCOVSKY, A. **O Filicídio**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

SILVA, Eduardo Chaves. **A medida protetiva de afastamento do agressor do lar em casos de abuso sexual: Implicações psicossociais para o autor, família e vítima**. 2010. 145 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de Psicologia, Universidade de Brasília

SILVA, Pereira. **Violência domestica contra criança e adolescente**. Universidade de Pernambuco. Recife, 2002. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia\\_criancas\\_adolesc.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_criancas_adolesc.pdf). Acesso em: 8 Out. 2020.

TAVARES, Patricia Silveira. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

TJDFT. **Situação de Risco**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/publicacoes/edicoes/manuais-e-cartilhas/colecao-conhecendo-a-1a-vij-do-df/situacaoRisco.pdf>. Acesso em: 17 Mar. 2021.

## AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, a Deus que sempre esteve comigo nos momentos difíceis e que me deu forças para chegar até a reta final deste Curso.

A minha família, que me apoiou nessa trajetória e torcem por mim.

As minhas amigas de Curso, Lisa Maria Barbosa e Mariane dos Reis Moraes que me acompanharam nos últimos cinco anos, sempre dando incentivos, força e felicidade para não desistir.

À Professora Risoleide de Souza Nascimento de maneira especial, por me acolher como orientanda, pelo carinho, sabedoria e atenção com seus alunos.

À Professora Caroline Lima Ferraz, por ter sido atenciosa com os seus alunos de TCC.

Aos professores, Edson Smaniotto e o José Carlos, *in memoriam*, que me fizeram apaixonar pela disciplina de Direito Penal.

E por fim, a todos que tiveram contribuído pela minha trajetória do Curso e espero ter ajudado de alguma forma trazendo um tema que é tão importante para a nossa sociedade.